

C — **Decisão.** — 11 — Destarte, atento tudo o exposto, o Tribunal Constitucional decide negar provimento aos recursos.

Custas por cada um dos recorrentes, com taxa de justiça que se fixa em 20 unidades de conta.

(1) V. *O Jornal*, n.º 629, de 13 e 19 de Março de 1987, «Abuso de Informação: um problema actual», *apud* Abílio Neto, *Notas Práticas ao Código das Sociedades Comerciais*, Livraria Petrony, 1989, p. 585. Hurtado Pozo, in «Hacia un Derecho Penal económico europeo» in *Jornadas em Honra do Prof. Klaus Tiedman*, Madrid, 1995, diz que a necessidade de regular legislativamente o mercado bolsista fez-se sentir há décadas, citando, a título de exemplo, o ano 1891 como o período em que, na sequência de uma quebra bolsista, se pensou, seriamente, em legislar para proteger, em especial, os investidores de capitais.

(2) O Novo Regime dos Crimes e Contra-Ordenações no Código dos Valores Mobiliários, Almedina, p. 41.

(3) Frederico L. C. Pinto, *ob. cit.*, p. 64.

(4) *Código Penal Português, Anotado e Comentado*, 15.ª ed., Almedina, 2002, p. 378.

(5) *Direito Penal Português — As Consequências Jurídicas do Crime*, Notícias Editorial, pp. 632 e segs.

(6) F. Fias, *ob. cit.*, p. 632.

(7) *O Código Penal de 1982*, vol. I, Rei dos Livros, p. 545.

(8) E não «€ 39 330» como, certamente por lapso, se refere.

(9) E não, como por lapso se refere, «€ 780,570».

(10) E não «185 000» como, por manifesto lapso, se refere.

(11) E não, como, de novo, por lapso se refere, «€ 823,25».

(12) E não «€ 33 680», como ainda por lapso se refere.

(13) Decorrentes, sobretudo, dos, inequivocamente, elevados montantes investidos.

(14) E não «€ 83 601,33», como se diz.

(15) E não «€ 228 380,71», como se diz.

(16) E não «€ 16 369,29», como, ainda por lapso, se diz.

Lisboa, 18 de Maio de 2006. — *Benjamim Rodrigues* (relator) (com voto de vencido quanto ao conhecimento da primeira questão pelas razões do voto de vencido aposto ao Acórdão n.º 412/2003) — *Mário José de Araújo Torres* — *Maria Fernanda Palma* — *Paulo Mota Pinto* — *Rui Manuel Moura Ramos*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho n.º 13 686/2006 (2.ª série). — Por despacho do conselheiro Procurador-Geral da República (no uso da sua competência que lhe foi delegada pelo Conselho Superior do Ministério Público) de 10 de Maio de 2006, foram renovados por mais um ano os referidos destacamentos, como auxiliares, com efeitos a partir de 21 de Junho de 2006, nos termos do artigo 138.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, aos seguintes magistrados:

Licenciado José de Carvalho Teixeira, procurador-geral-adjunto na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte.

Licenciado Carlos Alberto dos Santos Monteiro, procurador-geral-adjunto na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul.

Licenciado Artur da Costa Barros, procurador-geral-adjunto na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul.

Licenciada Maria Antónia Silva Gomes de Almeida Soares, procuradora da República no Tribunal Central Administrativo Sul.

Licenciada Ana Bela Martins Carvalho, procuradora da República no Tribunal Administrativo Fiscal de Lisboa — Contencioso Administrativo.

Licenciada Helena Maria de Araújo Lima Cluny Rodrigues, procuradora da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loures — Contencioso Administrativo.

Licenciado Emílio António Sampaio Correia, procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa — Contencioso Administrativo.

Licenciada Fernanda Maria Rodrigues Carneiro, procuradora da República no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto — Contencioso Tributário.

16 de Junho de 2006. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho n.º 13 687/2006 (2.ª série). — Sob proposta do conselho científico (deliberação n.º 85/2006), ao abrigo do despacho n.º 18 607/2005 (*Diário da República*, 2.ª série), de 26 de Agosto, e nos termos da deliberação n.º 44/2004, do senado universitário, em sessão de 17 de Novembro de 2004, que criou o curso de pós-graduação em Estudos Ambientais — Cidadania e Participação na Universidade Aberta, registado na tutela com o n.º R/48/2005, adiante designado por curso, determino, no que se refere ao segundo curso (2006-2007), o seguinte:

1 — O prazo de candidatura e pré-inscrição no curso decorrerá entre 14 de Junho e 5 de Julho de 2006.

2 — O prazo para a matrícula e inscrição no curso decorrerá entre 17 e 31 de Julho de 2006.

3 — O número de vagas para este curso é fixado em 30 e o número mínimo de inscrições para o seu funcionamento é de 8.

4 — O curso é de carácter formal, organizado pelo sistema de unidades de crédito e leccionado em regime misto (*online* a distância e presencial).

5 — A duração máxima do curso é de um ano, sendo leccionado conjuntamente com a parte curricular do mestrado em Estudos Ambientais — Cidadania e Participação da Universidade Aberta.

6 — O número de vagas reservadas ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 8.º do despacho reitoral n.º 6388/2005 (n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro) é fixado em 10 % do número de inscrições.

7 — As sessões presenciais do curso serão ministradas em Lisboa (Universidade Aberta, Rua da Escola Politécnica, 147, 1269-001 Lisboa), aos sábados, das 9 às 18 horas.

8 — O início das actividades escolares está previsto para 16 de Outubro de 2006.

9 — O montante de propinas para este curso é de € 2350, assim distribuído:

Propinas de matrícula — € 80;

Propina de inscrição na parte curricular — € 2270.

9.1 — A propina de inscrição no curso pode ser liquidada de uma só vez, no acto de matrícula e de inscrição, ou em duas prestações iguais, a primeira no acto de matrícula e de inscrição e a segunda até 23 de Março de 2007.

9.2 — Em caso de desistência, a propina de matrícula e a propina de frequência do curso só serão devolvidas se tal desistência se verificar dentro do período de matrícula.

9.3 — Em caso de desistência após o início da frequência do curso, não haverá qualquer devolução das importâncias pagas.

10 — Informações sobre o curso poderão ser obtidas junto do Sector de Apoio ao Enquadramento Lectivo da Universidade Aberta, Núcleo de Informações, na Rua da Imprensa Nacional, 100, Lisboa, ou por correio electrónico — *infosac@univ-ab.pt*, pelo fax 213970841, pelos telefones 213916568, 213916569, 213916579 e 213916588, linha azul 808200215, ou no secretariado do curso, Leonilda Leitão, *email*: *leonilda@univ-ab.pt*, telefone 213916347, fax 213973229 ou ainda por correspondência, para a Rua da Escola Politécnica, 141-147, 1269-001 Lisboa.

11 — Plano curricular:

1.º semestre — Componente de Fundamentos (são necessários 6 UC ou 30 ECTS):

Designação das disciplinas opcionais	Unidades de crédito (Decreto-Lei n.º 173/80)	ECTS
Ordenamento do Território	1	5
Polição e Recursos	1	5
Gestão de Resíduos	1	5
Instrumentos de Apoio à Gestão do Ambiente	1	5
Biodiversidade, Geodiversidade e Conservação	1	5
Consumo Alimentar e Ambiente	1	5
Elementos para a Análise da Conjuntura Social	2	10

2.º semestre — Componente de Conceitos, Metodologias e Técnicas Práticas (são necessários 6 UC ou 30 ECTS):

Designação das disciplinas obrigatórias	Unidades de crédito (Decreto-Lei n.º 173/80)	ECTS
Ética e Cidadania Ambiental	1	5
Políticas para a Sustentabilidade	1	5
Participação e Métodos Interactivos na Decisão Ambiental	1	4
Metodologias de Intervenção Social . . .	2	8
Metodologia de Investigação Aplicada	1	3
Projectos e Metodologias em Cidadania Ambiental	1	5

12 — Júri de selecção e seriação de candidaturas:

Vogais efectivos:

Doutora Paula Bacelar Nicolau, professora auxiliar do Departamento de Ciências Exactas e Tecnológicas da Universidade Aberta.

Doutora Sandra Caiiro, professora auxiliar do Departamento de Ciências Exactas e Tecnológicas.

Doutor Ulisses Miranda Azeiteiro, professor auxiliar com agregação do Departamento de Ciências Exactas e Tecnológicas.

Vogal suplente — Doutora Filomena Amador, professora auxiliar do Departamento de Ciências Exactas e Tecnológicas.

1 de Junho de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*.

Despacho (extracto) n.º 13 688/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 6 de Junho de 2006:

Doutora Ana Paula Cruz Beja Orrico Horta, professora auxiliar de nomeação provisória, em regime de contrato administrativo de provimento, a exercer funções nesta Universidade — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 5 de Junho de 2006.

Relatório a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Considerando a actividade científica e pedagógica desenvolvida no quinquénio de 2001 a 2006, descrita no relatório apresentado pela Doutora Ana Paula Cruz Beja Orrico Horta, professora auxiliar da Universidade Aberta, e tendo sido ponderados os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do referido relatório elaborados e subscritos pelos Doutores Maria Beatriz Rocha-Trindade e Hermano Duarte de Almeida e Carmo, professores catedráticos da Universidade Aberta, os professores catedráticos, associados e auxiliares com nomeação definitiva da Universidade Aberta em exercício efectivo de funções e presentes na reunião do conselho científico de 1 de Junho do corrente ano deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva da Doutora Ana Paula Cruz Beja Orrico Horta.

1 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Científico, *João Luís Cardoso*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Junho de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*.

Despacho (extracto) n.º 13 689/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 6 de Junho de 2006:

Doutora Maria Alexandra Saramago Castelo Branco Trindade Gago da Câmara, professora auxiliar de nomeação provisória, em regime de contrato administrativo de provimento, a exercer funções nesta Universidade — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 4 de Julho de 2006.

Relatório a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Considerando a actividade científica e pedagógica desenvolvida no quinquénio de 2001 a 2006, descrita no relatório apresentado pela Doutora Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara, professora auxiliar da Universidade Aberta, e tendo sido ponderados os pareceres

circunstanciados e fundamentados acerca do referido relatório elaborados e subscritos pelos Doutores José Alberto Simões Gomes Machado, professor catedrático da Universidade de Évora, e Maria José Ferro Tavares, professora catedrática da Universidade Aberta, os professores catedráticos, associados e auxiliares com nomeação definitiva da Universidade Aberta em exercício efectivo de funções e presentes na reunião do conselho científico de 1 de Junho do corrente ano deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva da Doutora Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara.

1 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Científico, *João Luís Cardoso*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Junho de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*.

Despacho (extracto) n.º 13 690/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 6 de Junho de 2006:

Doutora Isabel Maria de Barros Dias, professora auxiliar de nomeação provisória, em regime de contrato administrativo de provimento, a exercer funções nesta Universidade — nomeada definitivamente na mesma categoria com efeitos a partir de 12 de Julho de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

Relatório a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Considerando a actividade científica e pedagógica desenvolvida no quinquénio de 2001 a 2006, descrita no relatório apresentado pela Doutora Isabel Maria de Barros Dias, professora auxiliar da Universidade Aberta, e tendo sido ponderados os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do referido relatório, elaborados e subscritos pelos Doutores Hélder Lourenço Godinho, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e Aires Augusto Nascimento, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e pelos professores catedráticos, associados e auxiliares com nomeação definitiva da Universidade Aberta em exercício efectivo de funções e presentes na reunião do conselho científico de 1 de Junho do corrente ano, deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva da Doutora Isabel Maria de Barros Dias.

1 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Científico, *João Luís Cardoso*.

7 de Junho de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 821/2006. — Por despacho de 16 de Maio de 2006 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciado Hélder José Lopes Jácome — autorizado contrato administrativo de provimento como professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial, a 30%, da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006, pelo período de um ano, auferindo a remuneração mensal líquida correspondente ao índice 195.

Relatório relativo ao convite para professor auxiliar convidado de acordo com o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU).

O conselho científico, na sua reunião n.º 132, realizada no dia 18 de Abril de 2006, com base no parecer previsto no artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, subscrito pelos Doutores João Albino Matos da Silva, professor catedrático, Paulo Manuel Marques Rodrigues e Efigénio da Luz Rebelo, ambos professores associados com agregação, todos da Universidade do Algarve, e após apreciação do *curriculum vitae* do licenciado Hélder José Lopes Jácome, considerou que, pela sua experiência de actividade profissional, pedagógica e científica, preenche as condições adequadas ao exercício das funções referidas no artigo 5.º do ECDU, pelo que aprovou, por unanimidade, a sua contratação como professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial, a 30%.

O Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia, *João Albino Matos da Silva*.

23 de Maio de 2006. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.